



En el Estado de Minas Gerais, durante la última dictadura cívico-militar, cientos de indígenas krenak fueron encerrados en una prisión que funcionó entre 1969 y 1972 en una región apartada de su territorio, del que fueron desplazados forzosamente. El “Reformatorio Krenak” fue un lugar de detención, tortura, muerte y desaparición de centenares de indígenas provenientes de distintas regiones del país. La ocupación de las regiones fronterizas y la garantía de la integridad territorial de Brasil sirvieron de justificación para satisfacer las demandas del capital que provenía de las grandes oportunidades de negocios en dichas regiones, valiéndose de la brutal explotación de la fuerza de trabajo y de la violencia contra los pueblos indígenas y otras comunidades que habitaban esas regiones.

La imagen fue diseñada en el marco del trabajo colaborativo que se llevó a cabo para el diseño y realización de la exposición “La Violencia Económico-Militar en el Espacio” en la UACh por la Red Procesos represivos, empresas, trabajadores/as y sindicatos en América Latina, la Plataforma La Violencia en el Espacio y la Universidad Austral de Chile en diciembre de 2024, curada por Federico Geller, Guadalupe Marín Burgin y Carlos Salamanca. Diseño gráfico: Guadalupe Marín Burgin, 2024-2025.

Os projetos de infraestrutura da ditadura brasileira na Amazônia – avanço de capitais, geopolítica, elevada exploração da força de trabalho e violência contra povos tradicionais

The Brazilian dictatorship's infrastructure projects in the Amazon – advance of capital, geopolitics, high exploitation of the workforce and violence against traditional peoples

PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS¹

Resumo

O artigo pretende trabalhar com mapas e imagens alguns dos principais projetos de infraestrutura da ditadura brasileira na região amazônica, em especial as grandes rodovias e usinas hidrelétricas. Ao problematizar a disposição geográfica dessas obras, pretendemos analisar o favorecimento dos interesses empresariais com essas intervenções, a dimensão geopolítica dessas iniciativas, a elevada exploração da força de trabalho nesses empreendimentos e o avanço sobre os territórios e a expulsão de povos indígenas e tradicionais que habitavam esses locais. Dessa forma, verificamos que a ocupação das regiões de fronteira e a garantia da integridade territorial do país serviam como justificativa para atender aos pleitos de capitais que vinham boas possibilidades de negócios na Amazônia brasileira, usando uma truculenta exploração da força de trabalho e violência contra povos originários e outros que habitavam essas localidades.

Palavras-chave: ditadura brasileira, Amazônia, infraestrutura, rodovias, hidrelétricas.

Abstract

This article aims to use maps and images of some of the main infrastructure projects of the Brazilian dictatorship in the Amazon region, especially the large highways and hydroelectric plants. By problematizing the geographic layout of these projects, we intend to analyze the favoring of business interests with these interventions, the geopolitical dimension of these initiatives, the high exploitation of the labor force in these projects and the advance on the territories and the expulsion of indigenous and traditional peoples who inhabited these places. Thus, we found that the occupation of border regions and the guarantee of the country's territorial integrity served as justification to meet the demands of capital that saw good business opportunities in the Brazilian Amazon, using brutal exploitation of the labor force and violence against native peoples and others who inhabited these places.

Keywords: Brazilian Dictatorship, Amazon, Infrastructure, Highways, Hydroelectric Plants.

1. Introdução

O presente artigo pretende analisar os projetos de infraestrutura realizados na Amazônia durante a ditadura civil-militar inaugurada com o golpe de 1964 no Brasil. A proposta é trabalhar mapas e imagens, sobretudo da imprensa e propaganda, relacionadas a esses grandes empreendimentos. Com isso, pretendemos problematizar o favorecimento dos grupos empresariais, a dimensão geopolítica e militar desses projetos, assim como a elevada exploração da força de trabalho e expropriação de povos tradicionais que habitavam essas regiões, como camponeses, indígenas e comunidades tradicionais. Assim, pretendemos descontinar e discutir essa feição particularmente truculenta da ditadura, que diz respeito ao avanço capitalista sentido nessa região periférica do território brasileiro. A questão colocada no texto é qual foi a política do regime político brasileiro encetado com o golpe de Estado de 1964 para a região amazônica e qual era a relação dessas ações com os interesses econômicos de grandes grupos empresariais, bem como os impactos sentidos pelas populações residentes nessas regiões.

As fontes utilizadas são mapas formulados por órgãos oficiais do Estado, como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), responsável pela construção de rodovias. Além disso, utilizamos propagandas e reportagens publicadas na imprensa corporativa naquele período. Usamos também mapas elaborados a partir da plataforma Google Earth, sinalizando o local desses empreendimentos. A seleção das imagens obedeceu à resposta da questão proposta no texto. Assim, privilegiamos peças de publicidade e imagens que denotam a relação da ação estatal com os interesses econômicos direcionados para a região amazônica. O uso desse tipo de fonte se justifica pela explícita atração a grupos empresariais para atuar na região por políticas favoráveis verificável nas imagens mobilizadas, bem como o pouco cuidado com as populações residentes nesses locais e o meio ambiente.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, apontamos nosso marco conceitual e interpretativo acerca da ditadura, entendendo a mesma como um regime empresarial-militar, e analisamos o papel das grandes obras e a política para a Amazônia. Na segunda parte, usamos imagens e mapas para problematizar os grandes projetos de infraestrutura na Amazônia durante a ditadura, problematizando suas consequências e aspectos controversos.

2. A ditadura empresarial-militar brasileira e a Amazônia:

A ditadura brasileira foi inaugurada em 1964 com um golpe de Estado que pôs fim a um curto e frágil ciclo de experiência democrática da história brasileira. A ação teve a participação das forças armadas e também de agentes civis, como lideranças políticas e empresários, organizados em entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e a Escola Superior de Guerra (ESG) (Dreifuss 1981). A ação civil-militar pôs fim ao governo reformista de João Goulart e impôs um novo regime político no país, de perfil autoritário e anti-popular, que se estendeu até a década de 1980, quando ocorreu de maneira gradual a transição para o novo regime democrático. A ditadura foi um regime que buscou realizar uma modernização autoritária e excludente do capitalismo brasileiro (Motta 2014), proporcionando uma ordem empresarial no país, com um sistema político favorável às atividades dos grandes grupos econômicos internacionais e brasileiros. O modelo implementado pelo regime reforçava e atualizava a inserção dependente da economia brasileira no sistema internacional, ampliando os laços de subordinação econômica e financeira ao capital estrangeiro. Além disso, o regime garantia a oferta de uma força de trabalho barata e desmobilizada para os grandes grupos capitalistas. Por fim, o Estado agia de maneira muitas vezes heterodoxa em termos de política macroeconômica, garantindo a transferência do fundo público para grandes grupos econômicos que viam o Brasil como um ambiente fértil para suas atividades². Assim, entendemos que tivemos no Brasil uma ditadura empresarial-militar ou civil-militar, ponderando que o elemento “civil” não diz respeito à toda a sociedade, mas sim à classe dominante, abertamente beneficiada pelo Estado e as políticas públicas nesse período.

A participação empresarial no golpe de 1964 e na ditadura é notável. Donos e diretores de companhias privadas, sobretudo ligadas ao capital estrangeiro e de grande porte, tomaram parte em organismos como o Ipes e outras entidades patronais, patrocinando a derrubada do regime democrático. Ao longo dos governos ditatoriais, empresários ocuparam postos-chave no aparelho de Estado, atuando como ministros, secretários, diretores de empresas estatais, governadores e prefeitos biônicos, além de cargos em comissões designadas pelo governo. As políticas estatais da ditadura atenderam em geral aos anseios do empresariado e proporcionaram um ambiente de negócios favorável aos grandes grupos econômicos. Dentre essas ações estavam incluídas as políticas direcionadas à classe trabalhadora, que incorreram em uma compressão salarial, perda

² Acerca do conceito de fundo público e sua relação com o conflito distributivo, ver Oliveira 1998.

de direitos trabalhistas, além de facilidades para o trabalho infantil, a extensão da carga horária e outras formas de ampliação da exploração da força de trabalho (Campos, Brandão & Lemos 2020).

Uma das formas de favorecimento do empresariado foi mediante a transferência do fundo público para as atividades empresariais. A ditadura brasileira não teve, tal como suas congêneres argentina e chilena – encetadas na década de 1970 – uma política econômica neoliberal. Pelo contrário, o que vimos no regime foi a predominância de políticas heterodoxas na economia, com ampliação da intervenção estatal, criação de novas empresas públicas, mais investimentos estatais e políticas protecionistas seletivas. Como indica Francisco de Oliveira (1977), a carga tributária brasileira foi elevada na ditadura, sendo elevada de 18% para 26,7% de 1963 a 1968, após as reformas do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), da administração Castello Branco (1964-1967). Além disso, a ditadura, com o seu perfil anti-democrático e anti-popular, reduziu os dispêndios nas áreas sociais. A Constituição de 1967 permitiu a redução das transferências dos ministérios no Orçamento Geral da União. Assim, as dotações das pastas de Educação e Saúde tiveram redução paulatina. O orçamento do Ministério da Educação e Cultura era de 10,6% em 1965, teve uma queda constante e chegou a 4,3% em 1975 (Fonseca 1993). Já na Saúde a redução foi ainda mais drástica e o orçamento da pasta foi de 4,29% em 1966 para 0,99% em 1974 (Jorge 1987). Se os ministérios das áreas sociais perdiaram recursos, o mesmo não se podia dizer das pastas que tinham o interesse direto dos empresários, como os responsáveis pelas obras de infraestrutura. Assim, o Ministério dos Transportes (MT) viu seu orçamento crescer anualmente depois da criação da pasta, em 1967. Em 1975, o MT contava com orçamento equivalente a 9,35% de todos os gastos federais daquele ano, o ministério campeão de dotações da esplanada (Chaves 1985).

Assim, a ditadura acabou por ampliar a acumulação de capital através do fundo público (Oliveira 1998), intensamente alavancado pelo regime. A ditadura obteve resultados macroeconômicos positivos, tendo os maiores números da história do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1968 e 1973, ocorreu o “milagre”, com taxas anuais de crescimento superiores a dois dígitos e pico de 14% de expansão da economia em 1973, com uma inflação relativamente controlada. Malgrado as contradições que esse crescimento acarretou – como o aumento da dependência externa, tendo em vista o financiamento internacional da economia brasileira, bem como a concentração de renda e o acelerado êxodo rural, com aumento da pobreza e miséria nas cidades brasileiras –, a expansão da economia foi notável e serviu para garantir certa “legitimidade” ao regime, que buscava criar um bom ambiente de negócios aos empresários e criar empregos.

O regime político brasileiro, com seu perfil de aliança entre o empresariado e os militares não difere muito do que é verificado em nível regional³. A aproximação e semelhança entre os governos ditoriais vividos no Cone Sul no período da Guerra Fria levaram autores a desenvolverem conceitos, como o

³ Sobre a interface entre empresários e regimes ditoriais na América do Sul durante esse período, existem os trabalhos clássicos de Bohoslavsky e Verbitsky (2013) e AEyT da FLACSO, CELS, PVJ e SDH (2015) sobre o caso argentino, o livro de Bohoslavsky (2016) sobre o caso uruguai, a obra de Bohoslavsky, Fernández e Smart (2019) sobre o caso chileno, bem como o livro de Basualdo, Berghoff e Bucheli (2021) sobre diversos países da América Latina.

de Estado burocrático-autoritário, desenvolvido por Guillermo O'Donnell (1987) nos anos 70 para tentar compreender as novas formas, mais “modernas” de dominação autoritária e também para dar conta das novas estruturas e mudanças de um certo tipo de capitalismo, vigente na América Latina naquele período. De acordo com o autor, os Estados burocrático-autoritários advêm no Brasil e na Argentina nos anos 60 e se caracterizam por possuírem posições superiores do governo compostas por pessoas que chegaram a elas depois de carreiras bem sucedidas em organizações burocráticas, como as forças armadas, Estado, grandes empresas privadas etc. Além disso, esses regimes são sistemas de exclusão política ao setor popular e seus aliados, com o controle sobre sindicatos. Assim, O'Donnell compôs um relevante esforço de reflexão teórica e conceitual propondo uma categoria para dar conta da realidade histórica vivida dos regimes autocráticos na América Latina da década de 1960 em diante. Outros autores desenvolveram esforços semelhantes, como no caso de Enrique Padrós (2008), que defende a categoria de “ditadura de segurança nacional” em seus textos.

Um dos principais instrumentos usados para gerar o crescimento econômico foi o investimento estatal. As empresas públicas e autarquias encomendavam às empresas privadas projetos e obras de infraestrutura que tinham um efeito multiplicador na economia, ativando cadeias produtivas e gerando uma aceleração da atividade econômica (Campos 2014). Com isso, houve elevação do crescimento até o choque de 1973, que dificultou a continuidade do modelo implementado até então, que dependia da liquidez internacional e fluxo de investimentos externo.

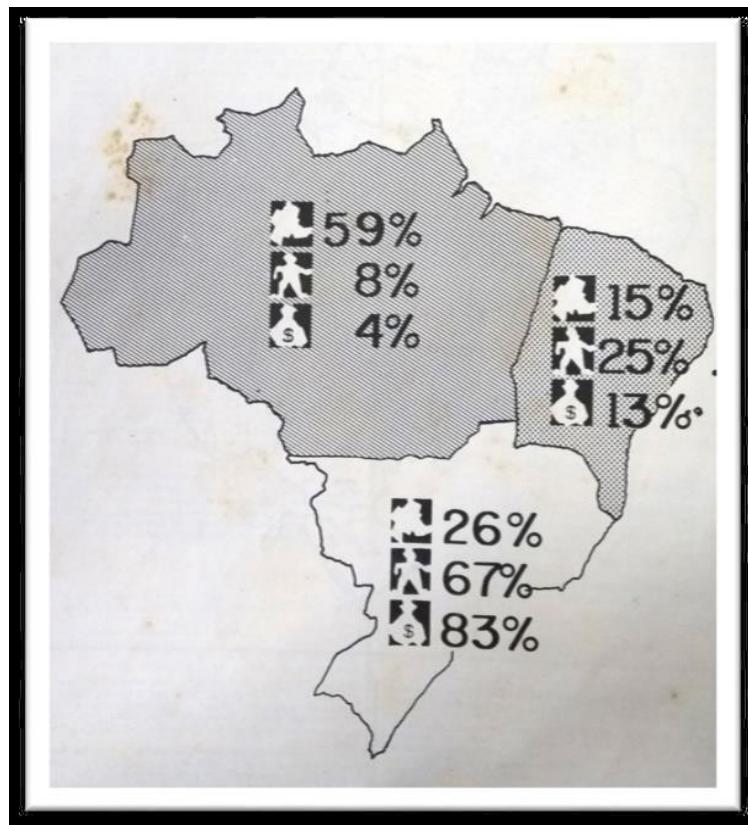
Essas inversões em infraestrutura⁴ se manifestaram em grandes obras de engenharia, instrumentalizadas pela ditadura como objetos de propaganda. Conforme a pesquisa de Fico (1997) demonstra, a ditadura brasileira desenvolveu, principalmente em seu auge, nos anos 70, uma significativa política de propaganda, com a difusão de uma visão ufanista do país e do regime, minorando ou escamoteando os problemas vividos na sociedade brasileira. Foram realizados grandes empreendimentos como a hidrelétrica de Itaipu, a ponte Rio-Niterói e as usinas nucleares de Angra dos Reis, que foram objeto de ação dessas peças de propaganda por parte da ditadura. Além dos projetos no Nordeste e no Centro-Sul, a Amazônia teve grandes obras de energia e transportes. Foram construídas estradas, como a Transamazônica, e vultosas usinas hidrelétricas, como Tucuruí. Esses projetos foram iniciativas fundamentais no avanço capitalista sobre a região. Se a ditadura teve uma política de aceleração da acumulação de capital, esse plano guardou um lugar especial para a Amazônia, que foi objeto de grandes projetos e iniciativas econômicas naquele momento.

A Amazônia brasileira sofreu uma transformação radical com a ditadura. Diversas ações redundaram em uma mudança drástica para a região e seus moradores, com a transformação daquele espaço em prol de um modelo capitalista e massificado de produção econômica. Esse processo foi premeditado e contou com significativo planejamento estatal. Para além dos interesses empresariais, deve-se levar em consideração as formulações dos militares e a justificativa geopolítica para a ocupação da região

⁴ Por infraestrutura estamos entendendo as instalações físicas, resultantes de obras de engenharia, que estabelecem o funcionamento de cidades e atividades econômicas, incluindo sistemas de transporte, energia, saneamento, telecomunicações, dentre outros serviços, que, naquele período, tinham nas agências do Estado “sejam empresas estatais ou autarquias públicas” as principais responsáveis. Sobre isso, ver Almeida 1983.

(Borges 2003), alegada em razão do risco de perda daquele território ou parte do mesmo. Assim, as forças armadas defendiam que era necessário “povoar” a Amazônia para que ela não fosse perdida. Essa justificativa convergia com os interesses de grupos empresariais, incentivados nesse momento a ocupar a região com empreendimentos que contavam com isenções fiscais e outras facilidades do Estado. Assim, o Programa de Integração Nacional (PIN) justificava as facilidades econômicas para empresas se instalarem na região em razão da baixa densidade populacional e pouca relevância da Amazônia na produção de riqueza:

Figura 1. Justificativa para inversões na Amazônia pelo PIN:



Fonte: Stephanes, R. 1972, *apud* Carvalho, E. 2022, 65.

Como se pode ver na figura, forjada em 1972 no âmbito do PIN, alegava-se que a Amazônia possuía 59% do território nacional contra 15% do Nordeste e 26% do Centro-Sul. Apesar de dispor de mais de metade do território, a região possuía apenas 8% da população – contra 25% do Nordeste e

67% do Centro-Sul – e somente 4% do PIB – contra 13% do Nordeste e 83% do Centro-Sul. Assim, justificavam-se os investimentos na Amazônia como forma de distribuir melhor a população e a produção de riqueza no território nacional. A imagem acima foi concebida durante o governo Médici, no auge da ditadura, confeccionada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão criado após o golpe de 1964 que deveria ser responsável pelo pleito histórico da sociedade brasileira por reforma agrária e que direcionou essa demanda para um programa de migração e colonização da região amazônica.

Dessa forma, a ditadura desenvolveu diversas políticas e programas para a região. Em 1966, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O órgão reproduzia o modelo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1957, como um instrumento de política pública regional com base em incentivos e isenções fiscais para empresas se instalarem na região. Em 1967, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que garantia incentivos cambiais e fiscais para que empresas se instalassem na capital do estado do Amazonas para a fabricação de mercadorias dedicadas ao mercado interno e externo. Em 1970, veio o Programa de Integração Nacional (PIN), que previa, dentre outras iniciativas, a rodovia Transamazônica. Em 1972, foi criado o Banco da Amazônia (Basa), associado à Sudam no incentivo e financiamento de projetos privados instalados na região. Por fim, em 1974, foi criado o Polamazônia, que previa suporte para o desenvolvimento de projetos agropecuários na região. Foram vários os programas e políticas desenvolvidos na região. Assim, o Estado cumpriu um papel fundamental no desenvolvimento capitalista da região durante a ditadura (Ianni 1986; Oliveira 1991).

As políticas para a Amazônia na ditadura ficaram expressas nesses programas, mas também giraram em torno de grandes projetos, conduzidos sobretudo por agências do Estado. Assim, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) abriu caminho para o avanço sobre a região construindo grandes rodovias, como a Transamazônica (BR-230), a Cuiabá-Santarém, a Belém-Brasília – construída originalmente no governo Kubitschek (1956-1961), mas que foi remodelada e asfaltada nesse período –, a Manaus-Porto-Velho, a Brasília-Acre (BR-364), a Manaus-Boa Vista (BR-174, que se estendeu depois até a fronteira com a Venezuela), a Perimetral Norte, dentre outras estradas de menor envergadura (Braga 2021). Além das rodovias, foram importantes no período as hidrelétricas, como Tucuruí, no rio Tocantins, além de Balbina, no Amazonas, e Samuel, em Rondônia. Por fim, não se pode deixar de indicar o programa Grande Carajás, de exploração de minério de ferro no Pará.

Esse processo de avanço de capitais sobre a região liderado pelo Estado teve muitas polêmicas, sofrendo críticas durante a sua implementação e após a ditadura. Assim, foi denunciada a invasão de comunidades que habitavam esses locais e que tiveram de se deslocar forçosamente por conta dessas rodovias, hidrelétricas, etc. (Araújo 2020). Muitas povoações indígenas, pescadores, posseiros e camponeses foram expulsos de seus locais de moradia e trabalho em razão desses projetos. Além disso, houve acusações contra as empresas de exploração da força de trabalho elevada ao extremo. Houve denúncias de trabalho escravo em fazendas na região pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras organizações (Figueira 2004). Por fim, essas ações geraram crises sanitárias e devastação

ambiental. Dessa forma, movimentos sociais e organizações não-governamentais chamaram a atenção para a destruição da vegetação original (Acker 2014), bem como surtos de malária e outras doenças, muitas vezes entre os próprios trabalhadores envolvidos na implementação desses projetos (Carvalho 2022).

Um trabalho interessante que propõe uma análise comparada das ações da ditadura brasileira sobre a Amazônia e da ditadura argentina de 1966 sobre a região da Patagônia é o artigo de César Martins Souza e Martha Ruffini (2022). O texto estabelece uma interessante analogia acerca das ações de ambos os regimes autocráticos sobre essas regiões periféricas dos dois territórios nacionais, destacando como a doutrina de segurança nacional atuou como vetor de orientação ideológica das ditaduras em aliança com os interesses nacionais e estrangeiros que buscavam consolidar a expansão do capitalismo nesses locais. Os autores assinalam o instigante conceito do antropólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro de “projetos de grande escala” (PGE) para se referir a essas iniciativas, assinalando o gigantismo dos projetos que expressavam a presença e ação militar/estatal nessas regiões. Apesar das considerações interessantes, entendemos que o artigo centra em questões distintas do presente texto, tendo em vista que se preocupa com questões como a construção discursiva das ditaduras, o imaginário e as representações. Nós aqui buscamos entender em que medida esses projetos atendiam aos interesses de certos interesses empresariais e em que medida geravam consequências danosas para grupos sociais locais e os/as trabalhadores/as envolvidos/as nessas iniciativas.

Vejamos agora os casos específicos dessas grandes obras e iniciativas para a região através de imagens e mapas confeccionados na época por agências governamentais ou divulgados pela imprensa corporativa.

3. Violações no espaço – imagens dos grandes projetos na Amazônia brasileira:

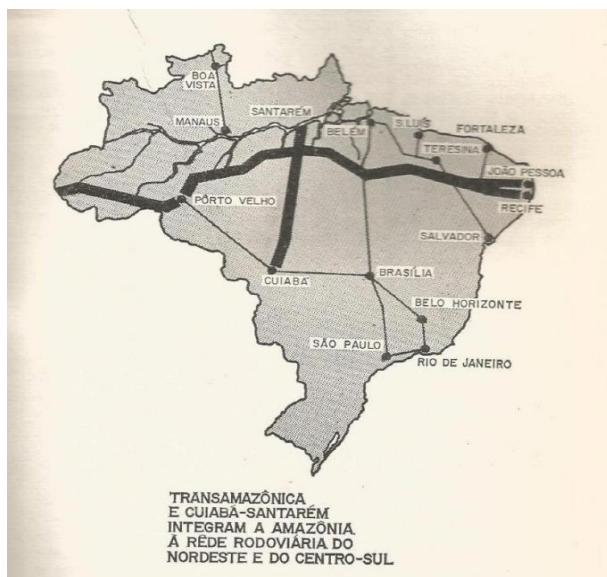
Os grandes investimentos na Amazônia se deram em quatro frentes principais: as rodovias, as usinas hidrelétricas, os projetos minerais e as iniciativas agro-pecuárias. Houve também outras frentes, como as unidades fabris da zona franca de Manaus e os projetos de alumínio associados à usina de Tucuruí, mas esses não foram tão vultosos como aqueles, que iremos privilegiar nesta sessão do artigo.

Dentre essas frentes, a construção de rodovias guardava um papel fundamental, tendo em vista que elas possuíam um caráter pioneiro. Foi a partir das estradas que se implementaram as iniciativas agropecuárias e minerais na Amazônia, por exemplo. O rodoviarismo foi reforçado pela ditadura brasileira. O modelo, que remontava a uma ênfase praticada desde o governo Washington Luís (1926-1930), ganhou forma consistente com a administração Juscelino Kubitschek (1956-1961). A ditadura reforçou ainda mais esse aspecto das políticas estatais praticado no governo JK e, além de construir e ampliar rodovias, extinguiu ramais ferroviários. Paul Singer (1976) chama a atenção que, em 1975, o país fabricava anualmente um milhão de automóveis sem ter uma linha de metrô sequer nas cidades brasileiras. Já Dreifuss (1981) indica que 55% do transporte de cargas no Brasil era feito por estradas

em 1955, número que subiu a 78,1% em 1970, quando se dispendia 3% do Produto Nacional Bruto (PNB) na construção de estradas. Por fim, Guido Mantega e Maria Moraes (1991) assinalam que, ao final dos anos 1970, mais de 80% do transporte nacional era feito por rodovias. A ditadura ampliou a malha rodoviária e extinguiu ferrovias, fragilizando o movimento sindical no setor (Paula 2000).

Assim, foram montados planos de “integração” da região amazônica através das rodovias:

Imagen 2. Mapa das rodovias brasileiras, com ênfase nas implementadas na Amazônia:



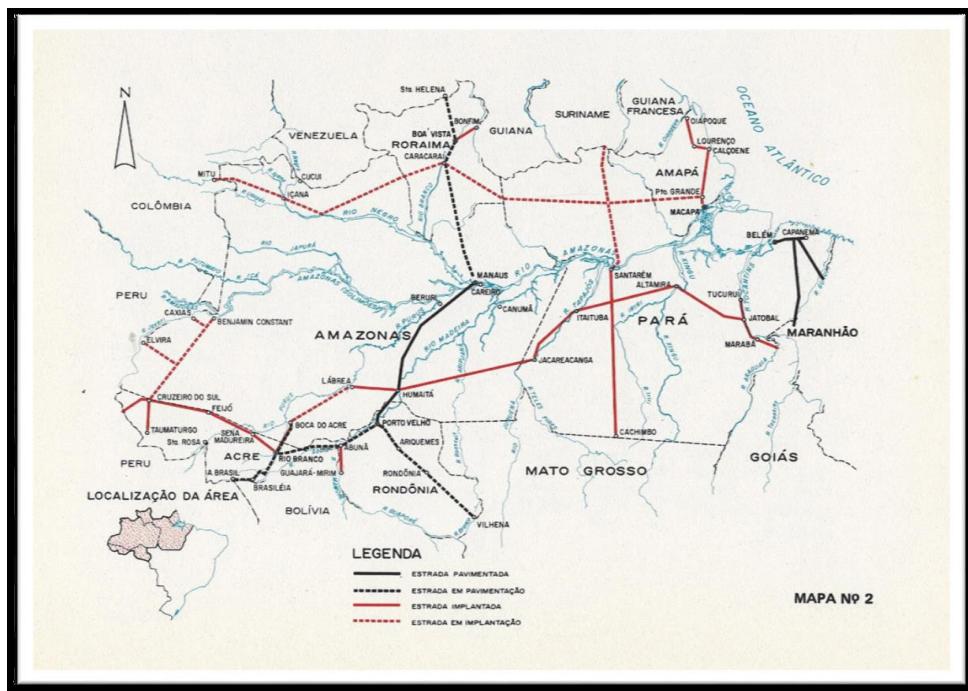
Fonte: DNER.

Como se vê no mapa concebido pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, órgão responsável pela implementação de rodovias federais, previa-se a construção de uma série de vias na região, com destaque para a cruz formada pela Transamazônica com a Cuiabá-Santarém. A Transamazônica deveria ser uma estrada Leste-Oeste que cortaria toda a América do Sul, sendo formulada originalmente pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Outras rodovias importantes da região estão devidamente assinaladas no mapa, como a Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho e Manaus-Boa Vista. Importante frisar que se previa a ligação desses entroncamentos rodoviários com a malha do Nordeste e do Sudeste.

Dentre os agentes que pensaram o projeto de “integração” rodoviária do território nacional, para além dos militares preocupados com a ocupação das regiões de fronteira, havia o engenheiro Eliseu

Resende, que cumpriu as funções de secretário-geral do DNER nos governos Costa e Silva e Médici, de 1967 a 1974, quando era ministro dos Transportes o coronel Mário Andreatta. Além disso, o próprio Eliseu Resende foi ministro dos Transportes durante o governo Figueiredo, a partir de 1979, licenciando-se da função em 1982 para disputar as eleições para o governo de Minas Gerais, pleito no qual ele foi derrotado pelo candidato do PMDB Tancredo Neves. Eliseu Resende foi um defensor da construção das rodovias e fez uma série de discursos, além de escrever livros sobre a questão. Em uma de suas obras expôs o mapa que está abaixo:

Imagen 3. Mapa das rodovias na Amazônia, por Eliseu Resende:

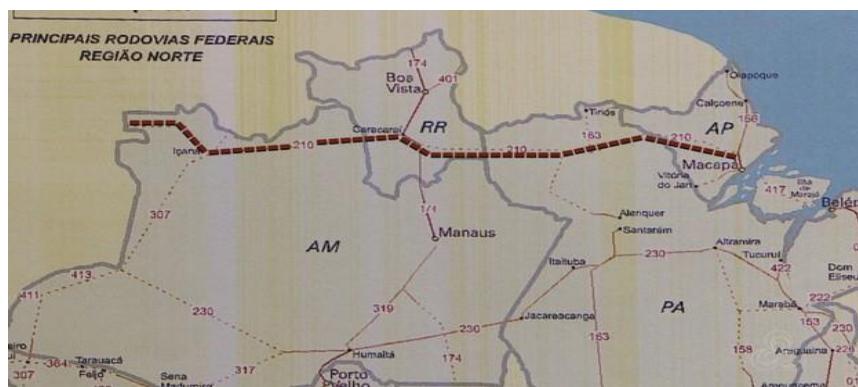


Fonte: Resende, E. 1973 *apud* Carvalho, E. 2021, 60.

O mapa permite verificar o conjunto de rodovias que se previa construir na região amazônica. Nota-se que se trata de um mapa mais detalhado do que o anterior e com o recorte específico sobre a região Norte do país. Nele é possível ver a Transamazônica, a BR-174, a BR-364, dentre outras. Nem todas essas rodovias foram implementadas. Uma das que foi iniciada durante a ditadura e que foi interrompida foi a Perimetral Norte. Trata-se de uma rodovia demandada vivamente pelos militares. Ela está demarcada com a linha traçada em vermelho na parte Norte do território brasileiro. Trata-se de uma rodovia dedicada a percorrer a região de fronteira Norte do país, passando pela capital do

que eram naquele momento os territórios do Amapá – Macapá – e Roraima – Boa Vista. O objetivo era estabelecer uma colonização dessa região de fronteira. A previsão é que uma segunda parte do projeto ligaria na diagonal a parte Norte da rodovia no estado do Amazonas, próximo à fronteira com a Colômbia, com o Acre. O mapa abaixo traz o seu traçado específico:

Imagen 4. A rodovia Perimetral Norte:



Fonte: Rede Amazônica. 2016.

Essa rodovia, a BR-210, começou a ser construída em 1973 e, com o abalo do choque do petróleo, passou a sofrer contingenciamento de verbas. O governo Geisel, que acabou por reduzir a ênfase na construção rodoviária e voltaria a privilegiar a construção de estradas de ferro, mandou interromper a obra, que teve a sua construção suspensa em 1977 (D'Araújo & Castro 1997). Diversas tribos indígenas foram afetadas pela construção da estrada, que passava por territórios de comunidades dos povos originários ao longo da sua extensão. Apesar de toda essa polêmica, o projeto da rodovia foi retomado em 2016, logo após a queda do governo Dilma Rousseff (REDE 2016).

Sobre essa rodovia, a Folha de S. Paulo publicou a seguinte manchete em 1971:

Imagen 5. Capa do jornal Folha de S. Paulo:



Fonte: Folha de S. Paulo. Edição de 6 de novembro de 1971. Capa.

A matéria festeja a construção da Perimetral Norte, iniciada após a conclusão da Transamazônica. Importante ressaltar que a Folha de S. Paulo foi uma empresa que teve estreita relação com o regime, colaborando inclusive com a repressão política aos grupos de resistência armada à ditadura, ao prover sua frota de veículos para o aparato repressivo (Kushnir 2004).

Outra rodovia polêmica foi a BR-174, Manaus-Boa Vista, que ligava a capital do Amazonas e do futuro estado de Roraima à fronteira com o território da Venezuela, conforme se vê no mapa abaixo:

Imagem 6. A BR-174, Manaus-Boa Vista:



Fonte: Câmara dos Deputados. 2013.

Essa rodovia foi construída na década de 1970 e é a ligação rodoviária do então território de Roraima à capital do estado do Amazonas. Ela segue até à capital do território, Boa Vista e, de lá, até a fronteira com a Venezuela. A sua construção foi marcada por controvérsias, já que ela atravessa território de uma comunidade indígena dos Waimiri-atroari. A empreiteira e mineradora Paranapanema passou a explorar cassiterita em uma mina próxima à rodovia e foi extremamente violenta com os indígenas que habitavam a região, havendo a denúncia de que usaram grupos armados para expulsá-los além de napalm, que teria sido jogado em comunidades indígenas (Santos & Fernandes 2016).

Outra rodovia que passou por território indígena e deixou um astro de expropriação, expulsão, violência e resistência foi a BR-364, que liga Cuiabá, no estado do Mato Grosso, a Porto Velho, em Rondônia, e, em seguida, a Rio Branco, no Acre. Ela também foi construída durante a ditadura e causou uma série de polêmicas ao encontrar povos nambiquara no caminho:

Imagen 7. A BR-364, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco:



Fonte: BR-364. Matéria publicada em 21 de agosto de 2011.

Vê-se como se trata de uma rodovia bastante longa, com mais de 4 mil quilômetros de extensão, ligando a cidade de Limeira até a fronteira com o Peru, passando pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Pode-se ver que, durante a sua construção, foram fundadas cidades com nomes associados à ditadura, como a “Presidente Médici”, no então território de Rondônia. Durante a construção, o povo nambiquara, que habitava trecho por onde passava a via, em Rondônia, foi expulso de sua terra, havendo uma série de conflitos, massacres e resistências por parte dessa comunidade indígena (Araújo 2020).

Apesar das polêmicas envolvendo a BR-364, a Perimetral Norte e a BR-174 durante a ditadura, a rodovia que mais acumulou controvérsias na região Norte ao longo do regime foi a Transamazônica (BR-230). Construída entre 1970 e 1972, a via estava inserida dentro dos marcos do Programa de Integração Nacional (PIN) e foi festejada pelo regime como um grande feito do governo Médici. Sua construção foi entregue a algumas empreiteiras, conforme o mapa abaixo:

Imagen 8. Construtoras da rodovia Transamazônica:

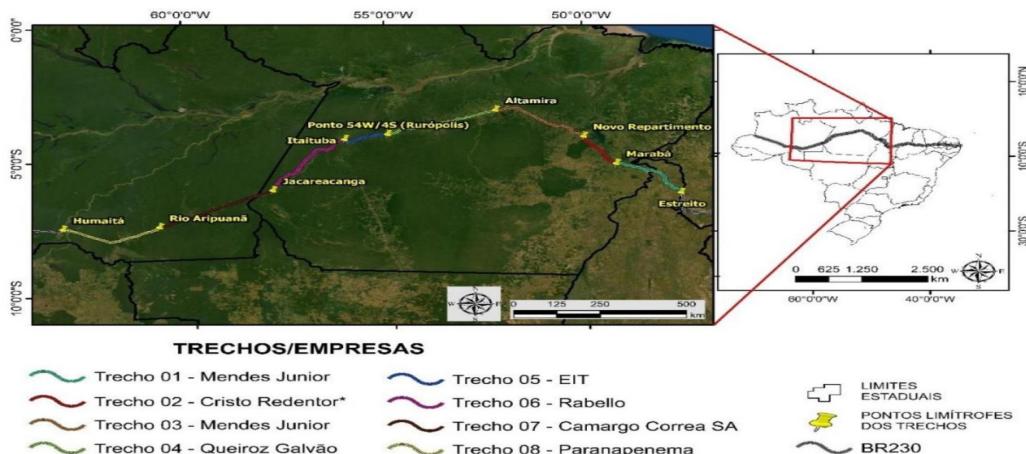


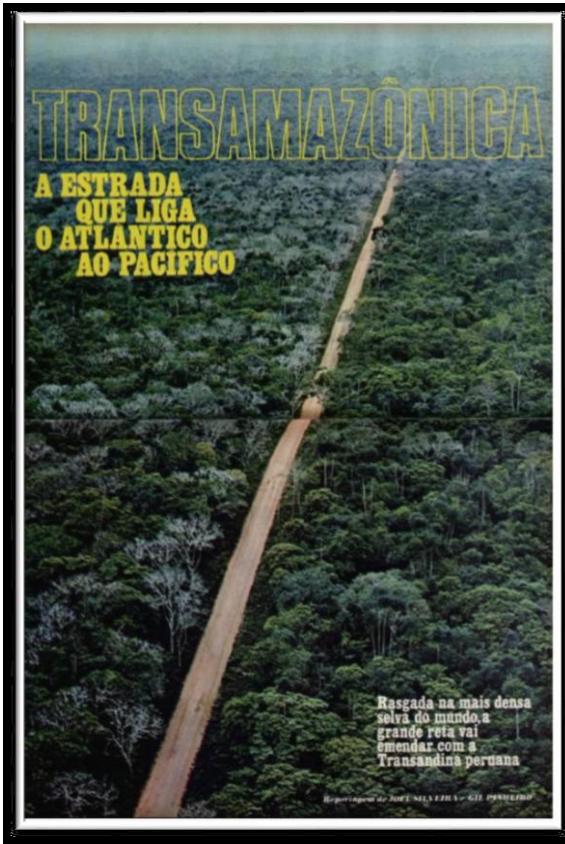
Figura 1 – Trechos da obra da Transamazônica e as construtoras responsáveis

Fonte: Braga, M. M. M. 2021, 92.

A construção da rodovia Transamazônica, no auge da ditadura, acumulou uma série de polêmicas. A obra empregou dezenas de milhares de trabalhadores vindos sobretudo do Nordeste, em condições laborais e salariais muito desfavoráveis, levando a um conjunto expressivo de processos trabalhistas que se prolongaram por bastante tempo, alguns ainda vigentes (Braga 2021). Além disso, a obra foi feita em regiões de densa floresta e muitas vezes houve o contato com diversas e graves problemas sanitários pelos quais os operários responsáveis pelos trabalhos passaram. Em última instância, os trabalhadores responsáveis pela construção da via foram usados como cobaias para as doenças que havia na região (Carvalho 2022). Os 5.500 quilômetros totais previstos da rodovia tiveram nesse período 2.500 km construídos, ainda em estrada de terra, passando muitas vezes por territórios indígenas. Houve denúncias de uso de cães por funcionários das empreiteiras para perseguir indígenas que habitavam essas regiões, com acusações de violência e massacre sobre povos que habitavam esses locais (Bandeira 1975).

Dentre todas as rodovias implementadas na região, a Transamazônica foi a que contou com a maior política de auto-promoção. Além da propaganda oficial diversas empresas de comunicação foram convidadas a ir até a região, ganhando o suporte de meios de locomoção e equipamentos do governo para fazerem suas reportagens. A fotografia abaixo foi capa da revista Manchete:

Imagen 9. Foto aérea da construção da rodovia Transamazônica na capa da Manchete:

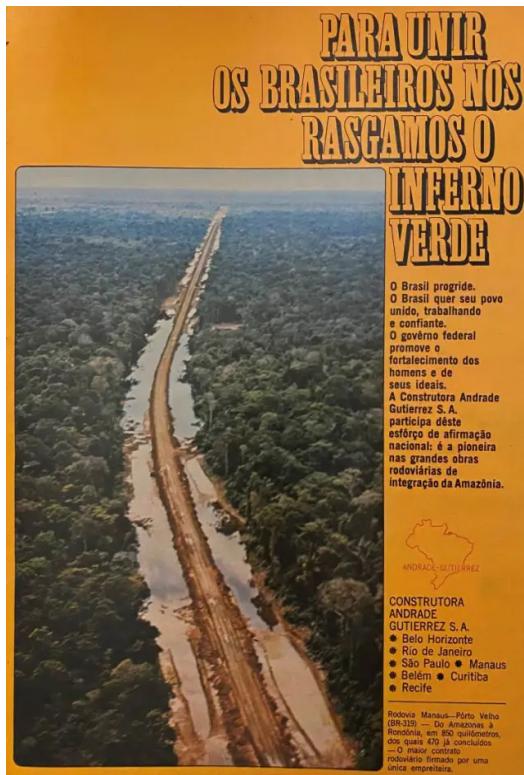


Fonte: Silveira, J. & Pinheiro, G. 1972, 2021. 115.

A revista Manchete era controlada pela família Bloch, empresários judeus muito ligados a Juscelino Kubitschek (Bloch 2008). Ao contrário de outros grupos econômicos que encontraram dificuldades por conta da ligação com essa figura opositora do regime, os Bloch conseguiram estabelecer uma ponte com a ditadura e festejaram as grandes obras do período, em particular a Transamazônica. Essa foto aérea foi feita a partir de um helicóptero do Exército. A revista recebia muitos recursos de publicidade oficial e fez diversas matérias laudatórias em relação ao projeto, encobrindo as suas polêmicas, como os surtos de doenças entre os operários, a falta de cumprimento das normas trabalhistas, os massacres contra os povos indígenas, a destruição Ambiental, dentre outras questões.

Mas não foram só as empresas de comunicação que fizeram uma promoção dessa obra. As empreiteiras de obras públicas também divulgaram peças de propaganda valorizando o feito da obra da qual elas eram agentes diretas:

Imagen 10. Peça de publicidade de construtoras divulgada em revista ilustrada:

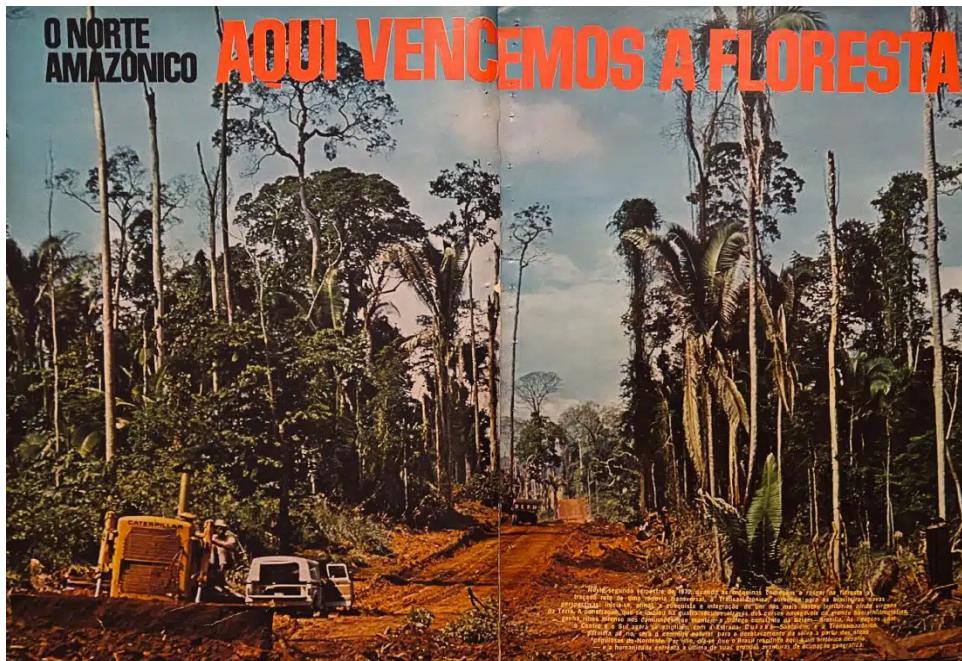


Fonte: Revista Realidade. 1972.

A peça de publicidade é bastante interessante porque se confunde com o discurso ufanista e de auto-promoção do governo, parecendo não uma peça de publicidade, mas sim de propaganda da própria ditadura e das suas políticas, além de transmitir as mensagens de progresso e trabalho. Nesse sentido, o seu texto associa a união dos brasileiros à construção de estradas na região amazônica. Conforme chama a atenção Bauer (2024), o discurso oficial vigente no período usa termos como “inferno verde”, “penetrar a selva”, dentre outros termos que embutem uma visão negativa do meio ambiente amazônico e enuncia uma concepção de mundo machista, colonialista e misógina. No caso, a peça de publicidade se refere à rodovia Manaus-Porto Velho, construída integralmente pela empreiteira mineira Andrade Gutierrez.

Outra matéria que alude negativamente à natureza amazônica está expressa na chamada abaixo:

Imagen 11. Reportagem da revista Manchete sobre a construção da Transamazônica:

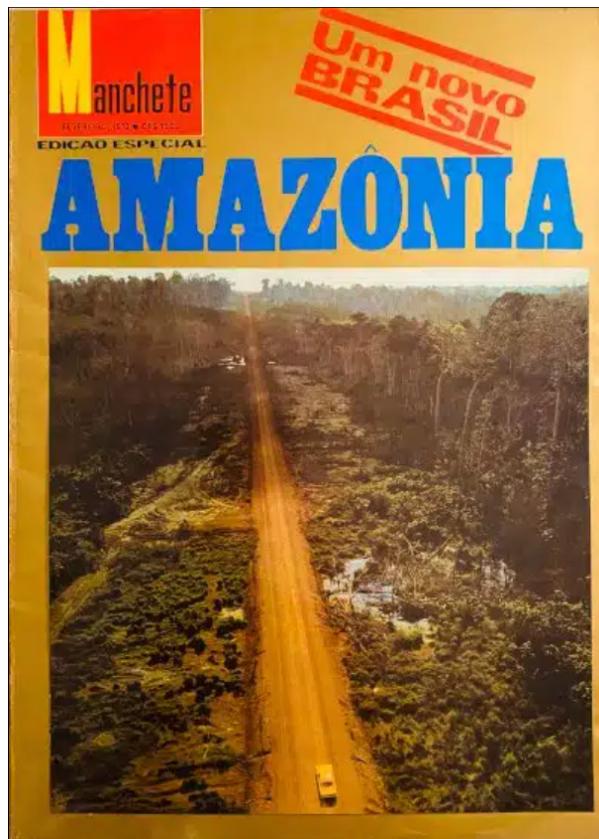


Fonte: Manchete. 1970. Edição de outubro de 1970.

Novamente a matéria traz a floresta como adversária, em uma espécie de batalha que teria sido vencida pela “civilização” contra a “natureza”. É importante frisar que, para além das polêmicas contra trabalhadores/as e comunidades tradicionais que foram expropriadas de suas terras, foi levado a cabo um programa de colonização nas margens da Transamazônica com a distribuição de terras para camponeses nordestinos, no que o governo chamou de “Uma terra sem homens para homens sem terra”, falseando a ideia de um “vazio demográfico” para a região, ignorando a presença de indígenas, pescadores e pequenos produtores. Para além das pequenas propriedades, grandes grupos nacionais e internacionais adquiriram terras na região, como Brascan, Volkswagen, British Petroleum, Anglo-American, Bozano Simonsen e empreiteiras como a Andrade Gutierrez (Mendonça 2006).

A revista Manchete foi campeã de edições em homenagem à Transamazônica confundindo suas chamadas, manchetes e textos de matéria com o próprio tom de propaganda e ufanismo difundido pelo governo, como se pode ver na capa de uma edição da revista:

Imagen 12. Capa da revista Manchete de 1973:



Fonte: Manchete. 1973. Capa de edição especial da revista Manchete.

A revista publicou uma edição especial no ano de 1973 dedicado ao tema “Amazônia” e traz a chamada “Um novo Brasil”, em caráter positivo e consoante o discurso oficial da ditadura. Além disso, para ilustrar a Amazônia e esse “novo Brasil” a revista traz na capa a fotografia de uma estrada cruzando o território da floresta equatorial. Importante frisar que, apesar dos festejos, as rodovias na região passaram por diversos problemas técnicos logo após a sua conclusão, tendo em vista que eram construídas em terra batida em uma região com um elevadíssimo índice pluviométrico. Sendo assim, logo após a construção alguns trechos dessas estradas já estavam intransitáveis para a passagem de automóveis e muitas dessas rodovias funcionavam de forma sazonal, disponíveis parcialmente só em uma parte do ano. Não à toa posseiros fizeram protestos e manifestações contra a má condição técnica da Transamazônica e outras rodovias da região onde houve projeto de colonização (Prado 1997).

Imagen 13. Capa da matéria da revista Manchete de 1972:



Fonte: Manchete. 1972. Edição de 15 de março de 1972.

A associação de empresas privadas com a propaganda da ditadura também fica expressa na chamada da reportagem especial da revista Manchete que celebrava o seisquecentenário da independência do Brasil, comemorado de forma intensa pelo regime, visível na imagem 13. Janaina Cordeiro (2015) estudou os festejos desenvolvidos pela ditadura a respeito dessa data, auge da política de propaganda da ditadura em relação aos feitos do governo Médici. Assim, a chamada faz referência “aos próximos 150 anos”, fazendo alusão às comemorações dos 150 anos da independência do país amplamente comemorados pela ditadura.

Para além das empresas privadas, o governo também investia em propaganda e monumentos:

Imagen 14. Monumento instalado sobre tronco de árvore na Transamazônica:



Fonte: *Revista Biblio*. 21 de março de 2022.

Essa placa foi inaugurada em um tronco de uma árvore em Altamira por conta do início das obras da rodovia Transamazônica, referindo-se à “conquista” daquele “gigantesco mundo verde”. A escolha do local da placa já denuncia uma noção de vitória do “homem” sobre a natureza e a floresta. Médici fez diversas viagens à região junto com o seu ministro dos Transportes, Mário Andreazza.

A propaganda oficial também chamava a atenção para as oportunidades de negócio na região, como na peça de publicidade divulgada pela Sudam:

Imagen 15. Propaganda da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia:



Fonte: Sudam. 1972.

A peça de publicidade da Sudam fazia referência à inauguração da Transamazônica e as oportunidades de negócios, especialmente na área da mineração, que a abertura da rodovia permitia. A ideia de avanço capitalista sobre a região amazônica com planejamento e liderança pelo Estado parecem bastante vigorosas nessa imagem. Wilson Quintella, dirigente da Camargo Corrêa, chama a atenção em seu livro de memórias de como foram muitos os pedidos para exploração de minérios naquela região que, de acordo com o seu relato, levaram o governo a tomar a decisão pela construção da rodovia, de modo a prover acesso à exploração desses recursos. Em passagens das décadas de 1960 e 1970, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) recebeu vários pedidos de lavra na região da serra do Carajás, que, depois, teria a descoberta de grandes jazidas de minério de ferro e outros metais de grande qualidade (Quintella 2008).

Outra peça de publicidade da Sudam/Basa ia na mesma direção:

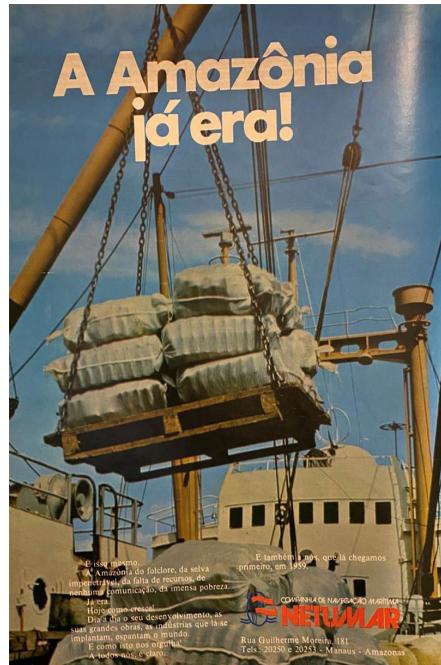
Imagen 16. Propaganda do Banco da Amazônia/Sudam:



Fonte: Realidade. 1972.

A chamada da peça de publicidade faz um chamado a empresários atuarem na região da Amazônia acenando com grandes possibilidades de negócios naquela região. Os grupos econômicos eram convidados a “tirar proveito das riquezas da Amazônia”. A propaganda se referia a “aplauso e incentivo da Sudam” e do “Basa”. A imagem chamava a atenção para a possibilidade de incentivos fiscais na região: “Aplique a dedução do seu imposto de renda em um dos 464 projetos econômicos já aprovados pela Sudam”. José de Souza Martins (1994) chama a atenção que o governo cobria até 75% dos investimentos em projetos estabelecidos na região nesse período.

Imagen 17. Publicidade de empresa sobre a exploração de riquezas na região:



Fonte: Netumar. 1972.

A peça de publicidade da empresa de comércio marítimo sediada em Manaus mostra uma imagem de grandes cargas de mercadorias sendo transportadas em um porto para um navio com a chamada “A Amazônia já era!”, sugerindo a ideia de que a região estava sendo vendida, exportada ou liquidada pelo processo de exploração da região. Mas a propaganda não tinha nada de crítica. Pelo contrário. Seu texto afirmava: “É isso mesmo. A Amazônia do folclore, da selva impenetrável, da falta de recursos, de nenhuma comunicação, da imensa pobreza. Já era”. A publicidade empresarial, em seguida, fazia alusão ao crescimento e “desenvolvimento” da região com as “grandes obras” e “indústrias”. Novamente vemos um discurso desenvolvimentista veiculado por uma empresa privada em tom próximo da própria linha de afirmação oficial da ditadura.

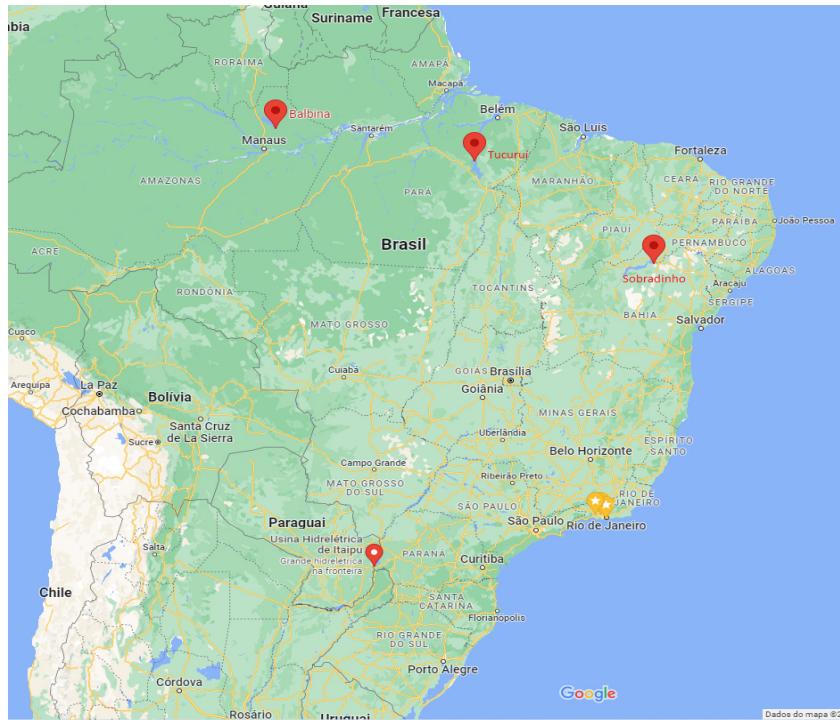
4. Hidrelétricas e outros projetos na região amazônica:

Para além das peças de publicidade associados aos projetos rodoviários na região amazônica, outra frente de ação da ditadura na região diz respeito aos projetos na área energética. De porte às vezes mais caro do que as estradas de rodagem, as hidrelétricas foram grandes ações do governo na região, que acabaram associados a processos de colonização, urbanização e iniciativas industriais

relacionadas às riquezas locais. A política energética da ditadura fortaleceu a ação estatal no setor, com o crescimento do tamanho da Eletrobrás e a criação de muitas plantas de energia, de modo a dar sustentação ao projeto de crescimento acelerado da economia e da atividade industrial. O regime apostou na consolidação e aprofundamento do modelo de geração de eletricidade centrado nas grandes usinas hidrelétricas. Assim, ao longo do regime foram construídas grandes centrais no Centro-Sul, como Itaipu – a maior do mundo então –, Porto Primavera, Jupiá, Água Vermelha, São Simão e Três Irmãos. Foram conduzidas também algumas usinas térmicas, como as de carvão de Candiota, no Rio Grande do Sul, e as de propulsão nuclear, em Angra dos Reis, no Rio. No entanto, a maior parte das usinas construídas no período foram movidas com força hidráulica. Tratava-se de um modelo que favorecia as grandes empreiteiras “as barrageiras”, as fabricantes de equipamentos eletromecânicos internacionais e os consumidores eletro-intensivos, como empresas industriais dos ramos de alumínio, papel, siderurgia e petroquímica. Malgrado serem indicadas como de “fonte limpa”, essas obras tinham enorme impacto sócio-ambiental, congregando dezenas de milhares de trabalhadores em sua construção “muitas vezes com denúncias de alta exploração sobre a força de trabalho, confinamento e horas extras”, expropriavam populações dos seus locais de moradia e trabalho para a criação do lago artificial e geravam significativo impacto sobre o meio ambiente (Acselrad 1991).

No mapa abaixo seguem algumas das grandes hidrelétricas construídas pela ditadura no território brasileiro:

Imagen 18. Mapa das principais hidrelétricas construídas durante a ditadura no Brasil:



Fonte: Google Maps. Endereço: <https://www.google.com/maps/place/tucuru%C3%AD/data=!4m2!3m1!1s0x92bf8d242666bae1:0xfb06ca21d63469a1?sa=X&ved=1t:155783&ictx=111> acesso em 18 de outubro de 2024.

Estão indicadas acima quatro barragens construídas no período. A Itaipu Binacional, estabelecida no rio Paraná, era a maior usina de eletricidade do mundo no período, situando-se na fronteira entre o Brasil e o Paraguai e potência instalada total final de 14 mil megawatts. Já Tucuruí era a maior hidrelétrica em território brasileiro, situando-se no rio Tocantins e tendo potência instalada total final de 8.000 MW. Sobradinho é a barragem que possui o maior reservatório do Brasil, tendo tido grande impacto sócio-ambiental no sertão baiano. Por fim, a usina de Balbina, situada ao norte de Manaus, disposta ali para atender à capital amazonense e a Zona Franca de Manaus, é uma usina envolta de polêmicas, por ter sido usada para expulsar população indígena e também por causar gravíssimos impactos ambientais na vegetação amazônica (Rosa, Sigaud & Mielnik 1988), como se vê em fotos como a disposta abaixo:

Imagen 19. Fotografia do lago artificial da hidrelétrica de Balbina:



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (Inpa).

Como se vê na imagem, o reservatório da usina avançou sobre a vegetação local, matando árvores que estavam situadas no local. A usina de Tucuruí também passou por processo parecido e deveria ter havido uma exploração da madeira da área a ser inundada, mas o processo não foi integralmente concluído e esteve envolvido em denúncias de corrupção. A usina também teve outras polêmicas, como um levante operário contra os maus tratos e confinamento dos trabalhadores no canteiro de obras (Pinto 2010).

Para além das hidrelétricas, a Amazônia foi alvo de grandes projetos agropecuários e minerais nesse período. O mais notável deles foi o projeto Grande Carajás, que explorou minério de ferro e outros metais no Sul do Pará, e que esteve associado à construção da Estrada de Ferro Carajás, ligando a região produtora desses minérios ao porto de Itaqui, no Maranhão (Coelho 1998). Para além disso, a ditadura fornecia subsídios para o estabelecimento de produção agropecuária na região. Essas iniciativas usavam recursos públicos e eram acusadas de empregar trabalhadores em regime de escravidão, além de causar severos danos ambientais. Muitas vezes, tais iniciativas eram conduzidas por empresas multinacionais estrangeiras.

A imagem abaixo traz a peça de publicidade do governo, que buscava atrair esse tipo de iniciativa:

Os projetos de infraestrutura da ditadura brasileira na Amazônia – avanço de capitais, geopolítica, elevada exploração da força de trabalho e violência contra povos tradicionais

Imagen 20. Publicidade da Sudam convidando empresas a investir na produção agropecuária na Amazônia:



Fonte: Sudam. Acesso em 15 de outubro de 2024.

Os estudos que se debruçaram sobre a questão indicam que os projetos agropecuários na região eram estabelecidos em grandes propriedades, muitas vezes controladas por grandes grupos industriais, financeiros, comerciais brasileiros ou internacionais que tinham 50% ou mais dos investimentos na propriedade obtidos com recursos públicos. Assim, no Sul do Pará um projeto desse foi estabelecido pela Volkswagen do Brasil:

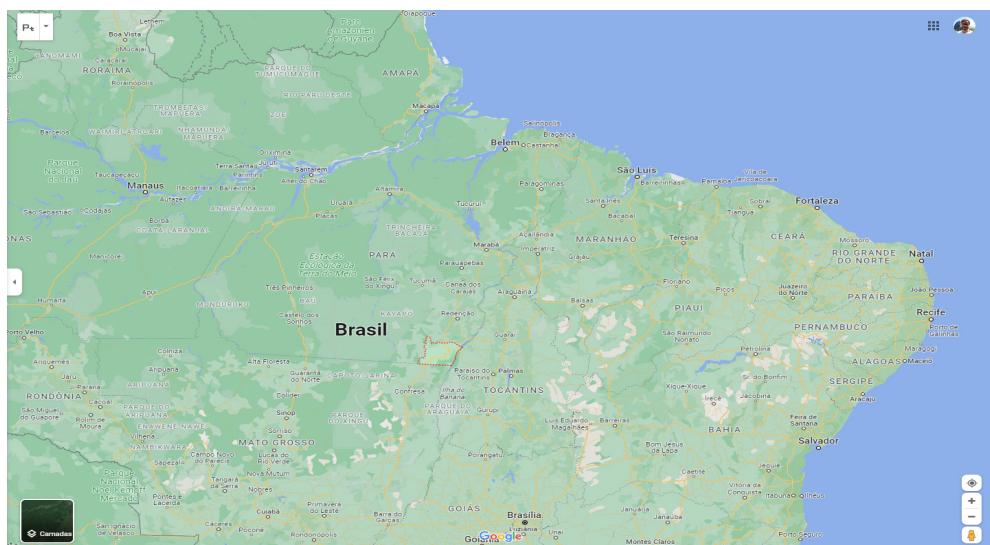
Imagen 21. Propaganda da Volkswagen sobre a sua iniciativa agropastoril na Amazônia:



Fonte: O Estado de S. Paulo. Edição de 26 de março de 1971. 23.

A fazenda Volkswagen foi estabelecida em 1973 e era dedicada à criação extensiva de gado. Ela deveria produzir dezenas de milhares de cabeças de gado para produzir carne para exportação. O projeto permitia que a empresa deduzisse imposto de renda devido de suas atividades industriais em São Paulo. Assim, o projeto era bancado por recursos públicos. A fazenda teve sérias acusações de uso de trabalho escravo durante a ditadura, que vieram à tona no início da década de 1980, quando uma comitiva de jornalistas e parlamentares visitou o local. A Comissão Pastoral da Terra fez uma série de denúncias e o caso chegou a ser tratado na Alemanha. Além disso, um satélite da Nasa fotografou o que era o maior incêndio do mundo nessa propriedade, para fins de desmatamento para criar pasto para o gado (Acker 2014). A fazenda estava situada no Sul do Pará, no município de Santana do Araguaia, situado na fronteira com o Mato Grosso, como se vê no mapa abaixo:

Imagem 22. Localização do município onde estava situada a fazenda Volkswagen:



Fonte: Google Maps. <https://www.google.com/maps/place/Santana+do+Araguaia+-+PA,+68560-000/@-6.6005816,-53.9265849,6z/data=!4m6!3m5!1s0x9318d76525373a17:0x5a88316b374b9e02!8m2!3d-9.3366333!4d-50.3413872!16s%2Fm%2F05h36xv?entry=ttu> acesso em 15 de outubro de 2024.

A propriedade era próxima de estradas estabelecidas naquele período. Com isso, ela buscava escoar essa produção para o mercado internacional, usando os recursos locais para exportar carne processada para o exterior. No entanto, as polêmicas trabalhistas e ambientais da fazenda acabaram gerando uma imagem negativa no Brasil e no mundo acerca da iniciativa da multinacional alemã e a Volkswagen acabou vendendo a propriedade na década de 1980, tentando evitar processos e uma exposição ruim na imprensa e na opinião pública alemã, brasileira e internacional (Russau 2017).

Vimos ao longo desta seção do artigo em imagens e mapas como se deram alguns dos grandes projetos econômicos realizados na Amazônia brasileira ao longo da ditadura, ressaltando seus aspectos controversos. A seguir, buscamos desenvolver uma síntese e análise dos desdobramentos dessas iniciativas para os dias atuais.

5. Conclusões

Em 12 de fevereiro de 2005, a missionária católica norte-americana Dorothy Stang, foi assassinada em Anapu, no Pará, ao defender os trabalhadores sem terra (Brasil de Fato 2023). O caso não foi isolado. Em 1988, o ativista Chico Mendes foi morto no Acre a mando de latifundiários locais e, em 1996, houve o massacre de Eldorado do Carajás, quando 21 trabalhadores rurais foram assassinados em uma ação da polícia paraense. A região Norte do país é hoje campeã de violência e mortes por conta de questões fundiárias e conflitos sociais. Trata-se de um local em que prevalece a injustiça no controle da terra, com a permanência de trabalho escravo e muitos embates sociais, resolvidos não raramente de forma violenta e muitas vezes letais para os integrantes e defensores das causas populares.

Essa truculência guarda estreita relação com as ações da ditadura para aquela região. O regime buscou proporcionar a “ocupação” da Amazônia através de projetos capitalistas, patrocinados pelo Estado, garantindo acesso aos recursos da região para grandes grupos econômicos internacionais e brasileiros, com a permissão de expropriação de terras de comunidades tradicionais e a exploração da força de trabalho nessas iniciativas levada ao extremo. Esse convite aos capitais para se instalar na região levou a uma série de injustiças e conflitos que tiveram continuidade e foram atualizadas com o novo regime político no país a partir da década de 1980. Dessa forma, a violência cotidiana que se assiste hoje na Amazônia brasileira, de certa forma, pode ser lida como expressão da falta de política reparatória da Nova República em relação às ações implementadas no período da ditadura, dado que o novo regime não foi capaz de desmobilizar o modelo perverso e truculento montado na região, mantendo a repartição injusta da terra, sem o combate devido ao trabalho escravo e à devastação ambiental na região.

Bibliografía

- Acker, A. 2014. “O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro accidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 4 (68): 13-33.
- Acselrad, H. 1991. “Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento das populações de Tucuruí”. *Revista de Administração Pública*, 25 (4): 53-68, 1991.
- Almeida, J. S. G. de (Org.). 1983. *Estudo Sobre a Construção Pesada no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ANPEC.
- Araújo, R. B. de. 2020. *Entre a Violência e o Caminho da Volta*: a resistência nambiquara durante a ditadura militar (1964-1985). Dissertação de mestrado em História. Seropédica: UFRJ.
- Área de Economía y Tecnología de FLACSO, CELS, Programa Verdad y Justicia y Secretaría de Derechos Humanos. 2015. *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad. Represión a trabajadores durante el Terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Infojus.
- BR-364. “O mundo em que vivo”. Matéria publicada em 21 de agosto de 2011. Disponível no endereço: <https://omundoemquevivo.wordpress.com/2011/08/21/br-364/> acesso em 13 de outubro de 2024.
- Bandeira, L. A. M. 1975. *Cartéis e Desnacionalização*: a experiência brasileira, 1964-1974. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Basualdo, V., Berghoff, H. e Bucheli, M. 2021. *Big Business and Dictatorships in Latin America. A Transnational History of Profits and Repression*. Palgrave Macmillan.
- Bauer, C. S. 2024. “Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da ditadura civil-militar em três proposições legislativas”. *Estudos Históricos*, 37.
- Bohoslavsky, J. P. & Verbitsky, H. 2013. *Cuentas Pendientes*: los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Bohoslavsky, J. P. (Org.). 2016. *El Negocio del Terrorismo de Estado*: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya. Montevideo: Penguin.
- Bohoslavsky, J. P., Fernández, K. & Smart, S. (Orgs.). 2019. *Complicidad económica con la dictadura*: un país desigual a la fuerza. Santiago: LOM.
- Borges, N. 2003. “A doutrina de segurança nacional e os governos militares”. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 15-42.
- Bloch, Arnaldo. 2008. *Os Irmãos Kamarabloch: ascensão e queda de um império familiar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Braga, M. M. M. 2021. *Construtores do Brasil Grande: trabalho e trabalhadores na rodovia Transamazônica (1970-1974)*. Tese de doutorado em História. Coimbra: Universidade de Coimbra. 92.
- Brasil de Fato. 2023. Dorothy Stang: após 18 anos do assassinato da missionária, quadro de insegurança não mudou – Somente no governo Jair Bolsonaro, 111 pessoas foram assassinadas devido a conflitos de terras. Matéria de 12 de fevereiro de 2023. Disponível no endereço <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/12/dorothy-stang-apos-18-anos-do-assassinato-da-missionaria-quadro-de-inseguranca-nao-mudou> acesso em 15 de outubro de 2024.
- Câmara dos Deputados. 2013. “Comissão visitará rodovia que passa por reserva indígena e é fechada durante a noite”. Matéria de 11 de abril de 2013. Disponível no endereço: <https://www.camara.leg.br/noticias/400846-comissao-visitará-rodovia-que-passa-por-reserva-indigena-e-e-fechada-durante-a-noite/> acesso em 13 de outubro de 2024
- Campos, P. H. P. 2014. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar*. Niterói: Eduff.
- Campos, P. H. P.; Brandão, R. V. da M.; Lemos, R. L. do C. N. e (Orgs.). 2020. *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Carvalho, E. M. de. 2022. *Uma Cicatriz na Selva: da propaganda aos impactos sociais e sanitários na rodovia Transamazônica*. Tese de doutorado em História da Ciência. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Cordeiro, Janaina Martins. 2015. *Ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: EdFGV.
- Chaves, M. 1985. *Indústria da Construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. Dissertação de Mestrado em Economia Industrial. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Coelho, M. C. N. 1998. *A Ocupação da Amazônia e a Presença Militar*. São Paulo: Atual.
- DNER. Portal eletrônico Amazônia Latitude. Endereço: <https://www.amazonialatitude.com/2023/02/08/como-a-ditadura-usou-bancos-estradas-e-decretos-para-ocupar-a-amazonia/> acesso em 10/04/2024.
- D'áraújo, Maria Celina & Castro, Celso (Orgs.). 1997. *Ernesto Geisel*. 4ª ed. Rio de Janeiro: EdFGV.
- Dreifuss, R. A. 1981. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes.
- Fico, C. 1997. *Reinventando o Otimismo*: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro: EdFGV.
- Figueira, R. R. 2004. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Folha de S. Paulo. Edição de 6 de novembro de 1971. Capa

- Fonseca, S. G. 1993. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus.
- Ianni, O. 1986. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (Inpa). Disponível no endereço: <https://www.gov.br/inpa/pt-br/assuntos/noticias/estudo-mostra-impactos-de-35-anos-da-hidrelétrica-de-balbina-em-florestas-de-igapo-da-amazonia> acesso em 19 de março de 2023.
- Jorge, W. E. 1987. *A Política Nacional de Saneamento Pós-64*. Tese de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP.
- Kushnir, B. 2004. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo.
- Manchete. 1970. Edição de outubro de 1970. Disponível no endereço: <https://quatrocincoum.com.br/galeria/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia/> acesso em 13 de outubro de 2024.
- Manchete. 1972. Edição de 15 de março de 1972. Disponível no endereço: <https://quatrocincoum.com.br/galeria/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia/> acesso em 13 de outubro de 2024.
- Manchete. 1973. Capa de edição especial da revista Manchete. Disponível no endereço: <https://quatrocincoum.com.br/galeria/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia/> acesso em 13 de outubro de 2024.
- Mantega, G.; Moraes, M. 1991. *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Martins, J. de S. 1994. “A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil”. *Tempo Social*, São Paulo, 1-2 (6): 1-25.
- Mendonça, S. R. de. 2006. *A Classe Dominante Agrária: natureza e comportamento, 1964-1990*. Coleção A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular.
- Motta, R. P. S. 2014. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Netumar. 1972. Peça de publicidade da empresa de navegação marítima Netumar. Disponível no endereço: <https://oeco.org.br/reportagens/a-amazonia-ja-era-como-a-imprensa-glorificou-a-destruicao-da-floresta-na-ditadura-militar/> acesso em 13 de outubro de 2024.
- O Estado de S. Paulo. Edição de 26 de março de 1971. 23.
- O'Donnell, Guillermo. 1987. Reflexões sobre os estados Burocrático-Autoritários. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 75 p.
- Oliveira, A. U. de. 1991. *Integrar para não Entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus.
- Oliveira, F. de. 1977. “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil, 1950-1976”. In: *A Economia da Dependência Imperfeita*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal. 76-113.
- Oliveira, F. de. 1998. *Os Direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Coleção Zero à esquerda. Petrópolis: Vozes.
- Padrós, E. S. 2008. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. In: Fico, C.; Araújo, M. P.; Ferreira, M. de M.; Quadrat, S. (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 143-178.
- Paula, D. A. de. 2000. *Fim de Linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974*. Tese de doutorado em História. Niterói: PPGH/UFG.
- Pinto, L. F. 2010. *Tucuruí: a barragem da ditadura*. Belém: Edição do autor.
- Prado, L. S. 1997. *Transportes e Corrupção: um desafio à cidadania*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Quintella, W. 2008. *Memórias do Brasil Grande: a história das maiores obras do país dos homens que as fizeram*. São Paulo: Saraiva / Vigília.
- REDE Amazônica. 2016. “História da rodovia BR-210, no AP, foi destaque do Bom Dia Amazônia”. Matéria publicada em 5 de julho de 2016. Disponível no endereço: <https://redeglobo.globo.com/redeamazonica/amapa/noticia/2016/07/historia-da-rodovia-br-210-no-ap-foi-destaque-do-bom-dia-amazonia.html> acesso em 13 de outubro de 2024.
- Realidade. 1972. Peça de publicidade da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Banco da Amazônia (Basa) divulgada na edição especial Amazônia da revista Realidade. Disponível no endereço: <https://oeco.org.br/reportagens/a-amazonia-ja-era-como-a-imprensa-glorificou-a-destruicao-da-floresta-na-ditadura-militar/> acesso em 13 de outubro de 2024.
- Revista Biblio. “Entre o inferno verde e urano, a Transamazônica”. Matéria de 21 de março de 2022. Disponível no endereço: <https://biblio.info/o-documentario-transamazonica-um-retrato-do-brasil-de-ontem-que-se-mistura-com-o-de-hoje/> acesso em 13 de outubro de 2024.
- Rosa, L. P., Sigaud, L. & Mielnik, O. (Orgs.). 1988. *Impactos dos Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Marco Zero.
- Russau, C. 2017. *Empresas alemãs no Brasil: o 7x1 na economia*. São Paulo: Elefante.
- Santos, Adriana Gomes & Fernandes Neto, Antonio. 2016. *Genocídio Indígena e Perseguição à Igreja Católica em Roraima: a ação e a omissão do Estado brasileiro diante das graves violações aos direitos humanos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / IIEP.
- Silveira, J. & Pinheiro, G. 1972. “Transamazônica: a estrada que liga o Atlântico ao Pacífico”. Fotografia de Gil Pinheiro. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1972. 62-63. Acervo da Hemeroteca Nacional, Biblioteca Nacional apud Carvalho, E. *Uma Cicratiz na Selva*:

da propaganda aos impactos sociais e sanitários na rodovia Transamazônica. Tese de doutorado em História da Ciência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

Singer, P. 1976. *A Crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Souza, Cesar Martins & Ruffini, Martha. enero/abril 2022. “Dictadura, poder estatal y grandes proyectos en regiones marginales: la Amazonía brasileña y la Patagonia argentina durante la década de 1960 y 1970”. *Folia Historica del Nordeste* (43): 81-106.

Sudam. 1972. Peça de publicidade divulgada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível no endereço: <https://quatrocincoum.com.br/galeria/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia/> acesso em 13 de outubro de 2024.

Sudam. Disponível no endereço: <https://twitter.com/claudioangelo/status/1181344697794666497> acesso em 08/11/2023 acesso em 15 de outubro de 2024.